

## **ORGANIZAÇÃO SOCIAL E RESISTÊNCIA CAMPONESA AOS GRANDES PROJETOS DO CAPITAL NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE JAMBUAÇU: análise a partir da comunidade Nossa Senhora das Graças em Moju/Pará.**

Sávio Levi Moraes Lima<sup>1</sup>

Josilene Moraes Lima<sup>2</sup>

### **Resumo**

A Amazônia é cenário de conflitos desde a chegada dos europeus no território Brasileiro. Isso se deu a partir da exploração das riquezas naturais e exploração da “mão de obra escrava”. A partir da década de 30 e 40 começou a se instalar na Amazônia as grandes empresas, no que desencadeou com mais intensidade o processo latifundiário e a obtenção de grandes faixas de terras nas mãos de poucos. Na região do Município do Moju no qual se encontram muitas comunidades tradicionais, como: Ribeirinhos, Indígenas, Quilombolas e outros, estão instaladas as principais agroindústrias monocultoras de dendê, tornando o município o berço da dendeicultura. Reforça-se também a importância dos impactos relativos que a Companhia Vale do Rio Doce anda provocando dentro do território quilombola de Jambuaçu, com a implantação do mineroduto e o Linhão de Energia. Esses projetos são de interesse do capital transnacional, no qual é amparado principalmente pelas políticas governamentais. A união dos atores sociais e suas ações práticas é um importante instrumento de luta por direitos frente a estes projetos.

**Palavras-chave:** Impactos, Resistência, Quilombola

### **Introdução**

Ao se tratar da questão agrária no Brasil é possível evidenciar os sérios desafios impostos pelo capital e suas teias latifundiárias, em conjunto com as políticas governamentais muitas vezes ultrapassadas no âmbito da sociedade. É evidente que o modelo de desenvolvimento em que os representantes políticos expõem e criam na sociedade, acaba beneficiando um grupo em que está poucas pessoas, no qual estas se tratam de sujeitos de alto escalão na sociedade, como: empresários, bancários, latifundiários, empreendedores, políticos. Muitos desses acabam tendo influências nas injustiças cometidas principalmente contra a sociedade.

Ao se retratar do campo, no qual as políticas públicas existem, mas não aplicadas da forma apropriada, acaba-se com que a população fique sem subsídio para que a possibilite

---

<sup>1</sup> Graduando em Geografia com Ênfase em Desenvolvimento Territorial Rural via PRONERA na Universidade Federal do Pará – UFPA / Email: [saviolmlima@gmail.com](mailto:saviolmlima@gmail.com)

<sup>2</sup> Graduanda em Geografia com Ênfase em Desenvolvimento Territorial Rural via PRONERA na Universidade Federal do Pará – UFPA / Email: [josilenelima16@outlook.com](mailto:josilenelima16@outlook.com)

sonhar em torno de uma perspectiva de vida melhor nos determinados cenários em que estes sujeitos residem.

É importante tomar como instrumento de pesquisa os atores que lutam dia após dia contra essa ilusão de desenvolvimento que nos é imposta pelo capital. No que se configura na realidade é as estratégias adotadas pelos grupos no objetivo de favorecer as grandes agroindústrias, muitas vezes transnacionais no intuito de troca de favores, contribuindo assim com a desigualdade na sociedade.

### **Processo Histórico da Amazônia**

A Amazônia antes do século XVI já era habitada pelos índios a “milênios de anos”. Estes ao longo do tempo, possuíam uma boa relação com a floresta, pois os mesmos tinham os recursos advindo para a sua própria subsistência, o que possibilitava com que não houvesse impactos no meio natural, devido a forma tradicional adotada de cultivo e manejo da terra e seus recursos naturais.

Os indígenas compunham tribos com enormes populações, no qual estes já eram habituados no processo de guerra e escravidão que era resultado de conflitos entre Aldeias, que buscava a defesa de seus territórios contra “tribos invasoras”, evitando com isso uma determinada hegemonia por parte de uma única tribo indígena, mesma naquela época o conceito de hegemonia não sendo conhecido.

Como um dos principais resultados das relações de guerra, surgiu a escravidão indígena: os índios vencidos e presos eram reduzidos a escravos e obrigados a realizar serviços compulsórios, repugnantes para o índio livre. Esta prática não foi introduzida pelos europeus, mas foi por eles encontrada e era plurisecular. Os cronistas coloniais da região asseveram que entre os Omágua e os Tapajós havia escravos aprisionados em guerra, ou comprados de outras tribos, através de um intenso comércio intertribal. Ou seja, tal comércio, conforme a concepção de guerra dos nativos locais, era uma das várias formas pré-coloniais de organização social encontradas pelos colonizadores. Aliás, como afirma Jorge Hurley, foi esta "escravidão do índio pelo índio" que ofereceu a justificativa social aos europeus de receber pelas tribos aliadas a troca humana. Tal fenômeno, como se sabe, existia na África, no qual a "escravidão do negro pelo negro" preexistia à chegada européia. Só que esta realidade africana distinguia-se da realidade americana pela heterogeneização cultural existente e mais

acentuada na África, devido sobretudo às profundas diferenças religiosas, justificando e padronizando o sistema escravista endógeno, usado e intensificado posteriormente pelos europeus. (OLIVEIRA, 2001, p. 16-17)

A partir do século XVI, com a chegada das excursões (Inglesas, Francesa, Espanhola, Holandesa e Portuguesa), os índios passaram a sofrer muitas influências europeias, como os próprios impactos desta nova cultura que invadiu seus territórios com a chamada “colonização”. Os europeus, sem mão de obra para iniciar a busca por riquezas, utilizaram-se dos padres neste caso da Igreja Católica para iniciar o processo de catequização dos índios, que conseqüentemente com isso os mesmos pudessem utilizar os indígenas como os primeiros escravos neste território que tinha sido recém encontrado.

O que acontecia na realidade amazônica, seguia já uma homogeneização cultural da própria região, amortecendo o sistema escravista, reduzindo-o quantitativa e qualitativamente, pois os escravos índios aprisionados em guerra por outros índios eram incorporados à comunidade como escravos domésticos e, geralmente, tratados de forma menos severa do que foram mais tarde pelos brancos. Após a conquista, devido à demanda dos colonos, tais escravos adquiriram um valor de troca completamente adverso ao de então, dando um outro sentido para a escravidão, um significado agora mercantil, que fez do apresamento maciço de cativos uma atividade econômica importante entre os grupos nativos engajados nesta atividade. Sobre esta realidade cultural se baseia a rejeição e a resistência indígena contra a "escravidão do índio pelo branco". Não obstante, se os europeus não foram responsáveis pela introdução da guerra e da escravidão indígena na Amazônia, sua presença favoreceu uma e outra. (OLIVEIRA, 2001, p. 17)

Isso se deu por inúmeras circunstâncias, pois devido estas aldeias de índios serem oriundas do Território Brasileiro principalmente da Amazônia e já estavam habituados com a florestas, os mesmos poderiam encaminhar os colonizadores mais rápidos as riquezas do território, pois, assim que os europeus chegaram avistaram estes sujeitos com vários utensílios que era composto de pedras preciosas e outras especiarias valiosas aos olhos dos imigrantes.

A partir disso, os índios se tornavam a mão de obra mais barata, em relação a mão de obra dos escravos, estes oriundos principalmente da África. Isso se dava pois, por os mesmos já estarem aqui, não teriam de se lançar ao Mar para ir atrás de mão de obra. Por isso era

importante o trabalho da igreja. Mas isso acabou não dando muito certo, pois os índios não eram acostumados a trabalharem pesado, coisa que era bem diferente que os europeus os proporcionavam. Outro fator muito importante era que, os indígenas sendo conhecedores da floresta, acabaram efetuando muitas fugas para dentro da mata, e pelos mesmos saberem os atalhos, poucos eram recuperados pelos “capatazes dos senhores”.

De modo a inserir o índio no processo de colonização os portugueses recorreram a três métodos. O primeiro consistia na escravização pura e simples, na base da força, empregada normalmente pelos colonos. O outro criava um campesinato indígena por meio da aculturação e destribalização, praticadas primeiramente pelos jesuítas, e depois pelas demais ordens religiosas. O terceiro buscava a integração gradual do índio como trabalhador assalariado, medida adotada tanto por leigos como pelos religiosos. Durante todo o século XVI e início do XVII os portugueses aplicaram simultaneamente esses métodos. Naquele momento consideravam a mão-de-obra indígena indispensável aos negócios açucareiros. (EMPRESA MUNICIPAL DE MULTIMEIOS LTDA. MULTIRIO, 2017)

Os colonizadores vendo a dificuldade em lidar com os índios, decidiram se lançar ao mar rumo ao continente africano em busca de escravos negros, estes que já tinham e eram utilizados em outros continentes no processo da colonização. Com isso, a substituição da mão de obra indígena pela negra foi intensificada, o que ocasionou na dizimação das tribos indígenas, no qual se tem estudos de milhares de nativos mortos, não só pela repreensão dos colonizadores, mas também pelas inúmeras doenças que acompanhavam os europeus sendo que os nativos não tinham seus sistemas imunológicos resistentes, devido as mutações que as mesmas possuíam.

A substituição da mão-de-obra escrava indígena pela africana ocorreu, progressivamente, a partir de 1570. As principais formas de resistência indígena à escravidão foram as guerras, as fugas e a recusa ao trabalho, além da morte de uma parcela significativa deles. Segundo o historiador Boris Fausto, morreram em torno de 60 mil índios, entre os anos de 1562 e 1563. As causas eram doenças contraídas pelo contato com os brancos, especialmente os jesuítas: sarampo, varíola e gripe, para as quais não tinham defesa biológica. (EMPRESA MUNICIPAL DE MULTIMEIOS LTDA. MULTIRIO, 2017)

Consequentemente, outro fator muito relevante do ponto de vista da substituição de mão de obra indígena pela africana no processo de colonização, foi a necessidade em procurar promover uma melhor organização no âmbito da produção açucareira, devido este produto começar a assumir um importante papel naquela época da economia colonial.

### **Processo da escravidão e resistência dos Negros na Amazônia**

Os colonizadores, “para conseguirem dar conta dessa expansão e demanda externa, tornou-se necessária uma mão-de-obra cada vez mais especializada, como a dos africanos, que já lidavam com essa atividade nas propriedades dos portugueses, na Ilha da Madeira, litoral da África”. Isso se deu devido o processo de colonização na região amazônica, tal que, a expedição inglesa foi a primeira a trazer os primeiros negros, por meio das companhias de Comércio, no qual com o avanço da produção de Cana-de-Açúcar formaram-se os antigos engenhos havendo a necessidade por essa e outras expedições (como francesa e portuguesa) de se utilizar da mão-de-obra destes de forma intensificada.

A demanda de escravos negros aumentou muito, com o surgimento da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão em 1755, que trouxe para a região cerca de 14.000 mil negros (Africanos), oriundos de vários países do Continente Africano principalmente.

A primeira companhia a agir no Brasil foi a Companhia Geral do Comércio do Brasil, criada em 1649, cujo objetivo era suprir as necessidades dos colonizadores, para quem fornecia escravizados e garantia a comercialização do açúcar na Europa; ao mesmo tempo, agia na sustentação da resistência à ocupação holandesa de Pernambuco, terminando por atuar ativamente na recuperação da agricultura de cana-de-açúcar no nordeste brasileiro, após a expulsão daqueles. (SANTOS; REBOCHO, 2014)

No meio de tanta violência e trabalho desumano, os negros se viram obrigados a resistir a este processo. Com as investidas e as constantes fugas dos escravos mata a dentro, os mesmos começaram a constituírem os quilombos<sup>3</sup>, no qual era espaço que os negros se libertavam das presilhas dos senhores colonizadores. Treccani (2006, p. 36), evidencia muito bem este

---

<sup>3</sup> Os quilombos eram aldeias que ficavam escondidas nas matas, em lugares preferencialmente inacessíveis, como o alto das montanhas e grutas, e era no qual então os escravos se reuniam e conseguiam levar uma vida livre. As pequenas aldeias eram também chamadas mocambos, e tanto eles como os quilombos duraram todo o período da escravidão no Brasil.

processo: “A resistência negra a este sistema e a procura pela liberdade, através da constituição de quilombos, começou ainda no final do século XVI. Mas sabe-se que os quilombos não foram criados durante a colonização do Brasil. As resistências começavam ainda na África, na morte como suprema tentativa de evitar que bandos de traficantes queimassem suas aldeias”. Com isso, é possível afirmar que os negros lutavam pelos seus direitos a partir das suas resistências desde a África, no qual os mesmos eram arrancados das suas famílias até chegarem nas novas províncias dos colonizadores e com um tempo essa expressão foi só se multiplicando entre os negros escravos.

### **Histórico do surgimento do Quilombo de Jambuaçu**

A região hoje que é reconhecida como território remanescente de quilombo de Jambuaçu, localizada no Município de Moju, ao nordeste do Estado do Pará, região norte do Brasil, começou a se constituir com o decorrer da revolta dos cabanos nos anos de 1835 e 1840, mais conhecida como “Cabanagem<sup>4</sup>”, revolta esta denominada como popular constituída por uma boa parte dos revoltosos de pessoas que moravam na beira dos rios e igarapés, (índios, negros, mocambos e outros), em cabanas na Antiga província do Grão-Pará<sup>5</sup>, mais precisamente na região norte do Brasil no qual hoje se denomina o estado do Pará.

Este processo culminou em uma resistência com o tempo dos índios, escravos e mocambos, gerando muitas fugas dos mesmos, contribuindo para a formação de muitos quilombos, no qual entre estes, está o Território Quilombola de Jambuaçu, que é composto pelo menos por 14 comunidades quilombolas existentes na região do município Moju hoje, que são: Poacê, São Bernardino, Bom Jesus do Centro Ouro, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora das Graças, Sta Luzia do Traquateua, Santo Cristo, Santa Maria do Mirindeua, Santa

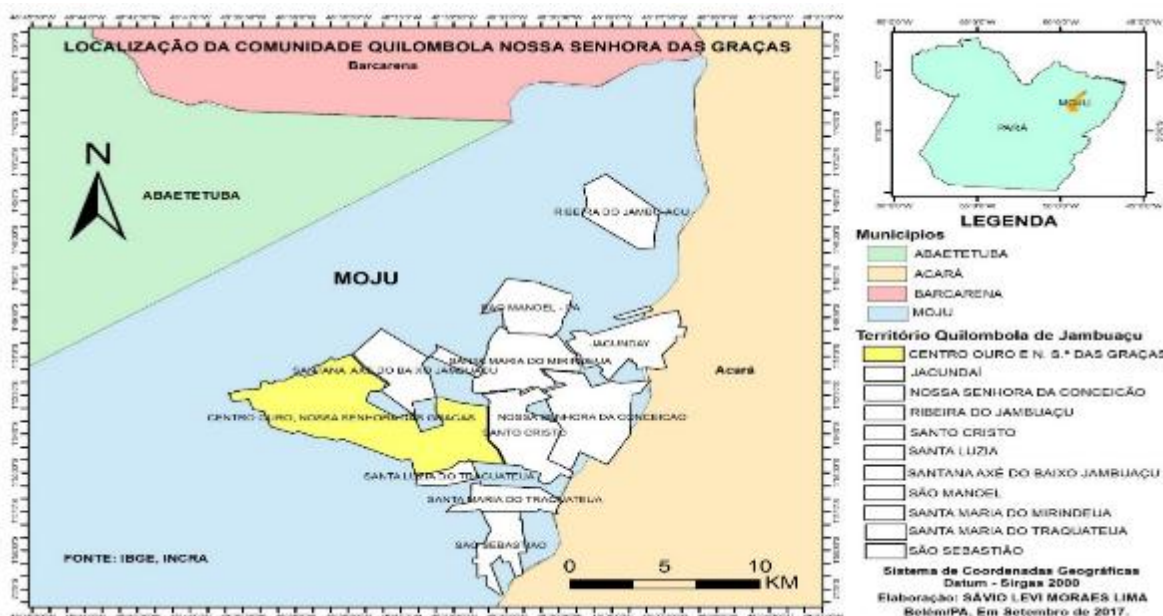
---

<sup>4</sup> Revolta popular ocorrida durante o período regencial na província do Grão-Pará contra o governo central regencial. Sua composição inicial era de população ribeirinha, moradores das cabanas (cabanos) índios, mocambos e escravos. Os objetivos eram, a melhora da qualidade de vida e na independência da província. Segundo o historiador Caio Prado Jr. foi a maior revolta popular brasileira, se não por duração (1835-1840) pela intensidade e composição. Seu desfecho se dá em derrota contra as forças legalistas, não atingindo, portanto, os objetivos (muito pela sucessão de traições na liderança do projeto emancipacionista) e deixando, na mais tímida das hipóteses, 30.000 mortos.

<sup>5</sup> A Província do Grão-Pará, que à época era comumente chamada de Pará (do tupi-guarani, rio-mar ou rio grande), foi uma unidade administrativa do final do período colonial e do período imperial brasileiro, originada das capitânicas do Grão-Pará e do Rio Negro. Existiu de 1821 a 1889. Os portugueses inicialmente chamaram o território de "Terra de Feliz Lusitânia", logo substituído por Grão-Pará, para finalmente, se tornar apenas Pará no ano de 1889.

Maria do Traquateua, São Manoel, Jacundai, Ribeira, Santana Axé do Baixo Jambuaçu e São Sebastião. Entre estas, é dado ênfase na pesquisa para a comunidade de Nossa Senhora das Graças que se encontra há cerca de 25 KM da sede municipal do município de Moju, no qual se originou de um pequeno povoado em que em sua maioria eram descendentes de negros naquela época, mas que estava em um processo avançado de miscigenação (Negros-Índios-Brancos Europeus e Mocambos), tornando-se a base para esta pesquisa. Abaixo o Mapa que mostra a extensão territorial da Comunidade, (Mapa 2).

**Mapa de Localização do Território Quilombola de Jambuaçu: Recorte Territorial para a Comunidade Nossa Senhora das Graças.**



**Organização: SÁVIO LEVI MORAES LIMA (2017).**

**Processo Histórico da Dendeicultura no Pará**

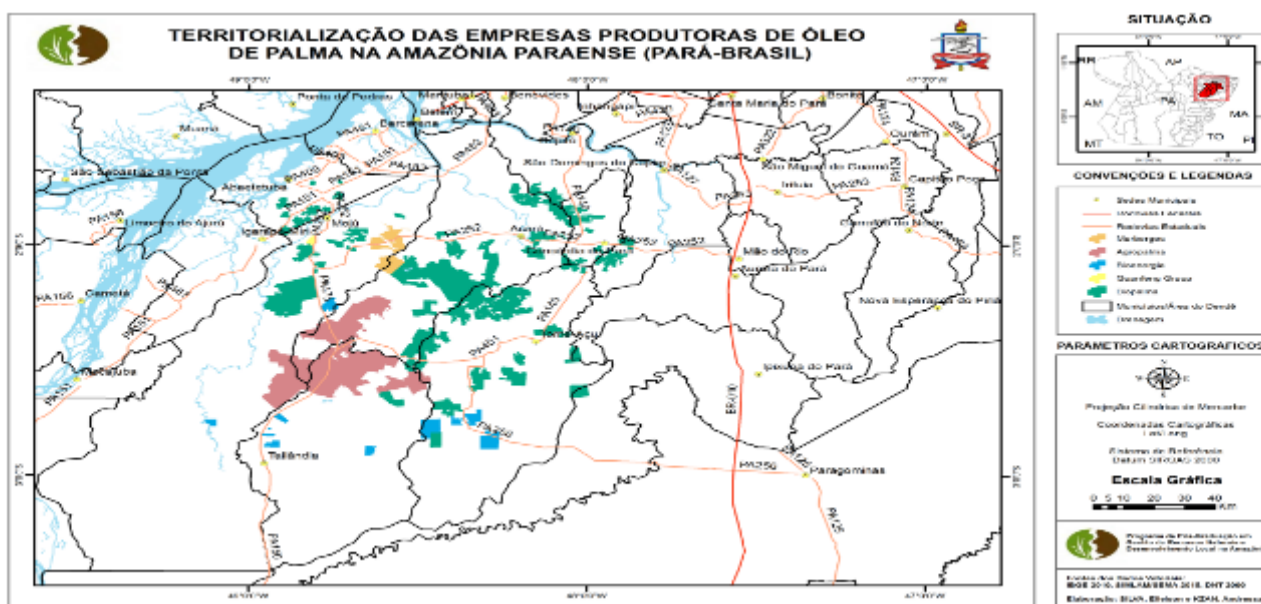
A inserção da dendeicultura no Pará começou ainda na década de 1960, com intuito de implantar projetos que buscava alavancar a economia do Estado e consequentemente do País. Através de estudos, e a partir de acordos técnicos de vários órgãos foram constatados que a região Amazônica e o Estado do Pará tinham suas terras propícias para o projeto de monocultura de dendê.

Em 1964/65, foram estabelecidos acordos de cooperação técnica entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e o Institut de Recherches pour les Huiles et Oléagineux (IRHO), atualmente Centre de

Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement (Cirad), da França, visando viabilizar a implantação de um Projeto Piloto de Dendê no Pará, elaborado por este último e lançado em 1966 pela SPVEA. Este projeto previa, em sua concepção original, a implantação de um núcleo de 1.500 ha, uma usina para processamento de cachos com frutos frescos e mais 1.500 ha de plantações satélites, localizados às proximidades do Núcleo-Piloto e conduzidos por pequenos agricultores locais, tecnicamente orientados e assistidos, visando compor um modelo desejável de valorização da mão-de-obra agrícola regional. Em 1968, foram realizados os plantios de algumas quadras, o que seria a primeira plantação comercial de dendezeiros no estado, localizada no km-9 da Rodovia PA-391 (Belém-Mosqueiro), Município de Benevides (PA), atual Município de Santa Bárbara, já sob controle da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), que sucedeu a SPVEA. Em 1974, o Projeto Dendê saiu do controle da Sudam e passou a constituir o consórcio HVA International (Holanda), Cotia Trading e a Dendê do Pará Ltda. (Denpal), que se transformou mais tarde em Dendê do Pará S.A. (Denpasa). (MÜLLER; JÚNIOR; FILHO, 2006)

Consequentemente a região do município de Moju, com o passar dos anos acabou se tornando um dos berços da dendeicultura, em escala municipal, estadual e nacional. No município de Moju, estão instaladas quatro empresas agroindustriais monocultoras de dendê, que se denominam: Agropalma, Biopalma, Marborges e a chinesa Guanfeng Group, como fica evidente no mapa abaixo.

### Mapa de Territorialidade das Empresas Monocultoras de Dendê





**Fonte: SILVA (2015)<sup>6</sup>**

## **Instalação da Extinta REASA em Moju: Impactos e Resistências**

Na década de 70, no qual o território quilombola sofreu as constantes ameaças e começaram a ter problemas e prejuízos com a chegada da empresa Reflorestadora da Amazônia – REASA<sup>7</sup> (Empresa de Monocultura de Dendê), desde aí tiveram que enfrentar e lutar por seus ideais para impedir que a empresa se apoderasse de suas terras.

(...) aprovado, pelo Fundo de Investimentos Setoriais (Fiset) e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), o projeto da Reflorestadora da Amazônia S.A. (Reasa) para o plantio de 3.000 ha com dendezeiros e instalação de uma usina para processamento dos cachos. O projeto foi implantado no Km-11,5 da estrada Moju-Acará (Rodovia PA-252), Município de Moju (...). (MÜLLER; JÚNIOR; FILHO, 2006)

Durante esse período todas as comunidades que se instituíram como remanescentes de quilombos foram alvos desse empreendimento, que logo foi se instalando e avançando em todo o território quilombola, e com a chegada da empresa muitas dessas terras foram vendidas, invadidas, desmatadas e áreas sendo divididas em lote<sup>8</sup>, causando assim mudanças ambientais, sociais e culturais, gerando com isso, inúmeros conflitos na região.

A primeira empresa a se instalar na comunidade quilombola de Jambuaçu foi a Reflorestadora da Amazônia Sociedade Anônima (REASA), ao longo dos anos 80. Essa empresa se apresentou formalmente como empresa de reflorestamento e era uma empresa monocultora de dendê que se estabeleceu na região e se utilizou do método de grilagem de terras para efetivar sua produção, com a alegação que “tinham terras

---

<sup>6</sup> SILVA, Elielson Pereira da. **AGROESTRATÉGIAS E MONOCULTIVOS DE DENDÊ: A TRANSFERÊNCIA SILENCIOSA DAS TERRAS DA REFORMA AGRÁRIA PARA O GRANDE CAPITAL NA AMAZÔNIA PARAENSE**. 2015. 242 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia. Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

<sup>7</sup> A Reflorestadora da Amazônia S.A – REASA, através do Fundo de Investimentos Setoriais – Fiset e da Sudam, apresenta proposta para implantação de Projeto com dendezeiros no km 11,5 da Estrada Moju-Acará, que seria adquirido em parte pela Marborges em 1990. Disponível em: MÜLLER, Antonio Agostinho; JÚNIOR, José Furlan, FILHO, Pedro Celestino. A Embrapa Amazônia Oriental e o agronegócio do dendê no Pará. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2006, p. 13.

<sup>8</sup> Um lote de terra significava uma demarcação equivalendo 250 metros de frente por 1.000 metros de fundo, contendo dentro desse lote outra medida, que seria de 25 hectares de terra.

legalizadas entre os rios Jambuaçu e Cuba”, essa empresa recebeu incentivos fiscais para executar projeto agropecuário. (FONSECA, 2011, p. 58)

Logo:

Houve um grande problema e equívoco da Reasa, já que Jambuaçu era um grande território formado por mais de 15 comunidades remanescentes de quilombolas. Ali a resistência foi clara, real e o combate bélico existiu. A empresa queria plantar dendê, mas a concessão de terra inicial, segundo os donos, não era suficiente para o projeto almejado. (SACRAMENTO, 2015, p. 111)

A partir das diversas ameaças sofridas, os remanescentes de quilombo despertaram-se e começaram a agir contrapondo-se e resistindo frente as investidas da empresa. Esse despertar partiu através da participação ativa do sindicalista Virgílio Serrão Sacramento que estava à frente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Moju em meados da década de 1980, e das orientações do Padre Sergio Tonetto<sup>9</sup>, que chegou ao município e implantou a “Teologia da Libertação, no seu acompanhamento nas Comunidades Eclesiais de Base, em que se faziam liturgias e debatiam políticas”, orientando as famílias a não saírem e nem permitirem que a empresa os a dominassem e tomassem suas terras.

A situação ficou mais difícil para a Reasa e outras firmas e empreendimentos que queriam mais terra a qualquer custo no município, quando no início da década de 1980, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais- STR de Moju, fundado em 1973, passou, em 1984, para uma direção comprometida em fazer acompanhamentos nas comunidades que viviam situações como a de Jambuaçu. Também no final de 1970 havia chegado um padre da Itália com novas ideias, de acompanhar também e incentivá-las a lutar e resistir, ideais pautados na Teologia da Libertação, uma nova metodologia de fazer igreja na Amazônia. (SACRAMENTO, 2015, p. 111)

E:

---

<sup>9</sup> Porém, no ano de 1977, chegou em Moju um padre que iria revolucionar a igreja tradicional por quase uma década. Tratava-se do então Padre Sergio Tonetto. Recém chegado da Itália, este desembarcou no Pará para atuar como missionário numa região que muito se ouvia falar na Europa, mas que não tinham dimensão da realidade, que era a Amazônia. Nos primeiros meses de estadia, o padre ficou na diocese de Abaetetuba aprendendo a língua portuguesa, para que posteriormente pudesse atuar em alguma paróquia diocesana. (SACRAMENTO; SOARES, 2016).

À frente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais estava Virgílio Serrão Sacramento e à frente da Igreja estava o Padre Sergio Tonetto. Ambos viajavam o município todo, iam ao encontro das Comunidades Eclesiais de Base, as chamadas e famosas CEBs dos anos de 1980. No qual houvesse um problema relacionado a conflitos pela posse da terra, eles estavam. Nos anos de 1980 foram um marco na luta pela resistência junto com outros nomes, como Aldenor dos Reis e Silva, Manoel Libório, Edgar Valente, Adalberto do Amaral, Manoel do Amaral, Armando Alves, Aventino Rodrigues, Maria do Livramento, Nazaré Valente e vários outros, a maioria do campo. Juntos fizeram muitos enfrentamentos. (SACRAMENTO, 2015, p. 111)

O grande problema com a instalação das grandes agroindústrias na região, era devido os sujeitos estarem encaixados em um método de vida e produção tradicional, que os mesmos viviam do pouco que era produzido nas pequenas (os) roças/roçados, muitas vezes à base de mutirão comunitário que leva o alimento de cada dia a mesa destes camponeses quilombolas.

A grande diferença dos projetos agroindustriais que estavam se instalando no município de Moju para os colonos que viviam na região estava no modo de produção, uma vez que as famílias estavam inseridas em um modelo econômico tradicional, baseado na produção para auto sustentação, sendo comercializado o excedente. Essa era uma prática de longa geração na Amazônia, principalmente em regiões isoladas dos centros urbanos mais desenvolvidos. (BRINGEL; SACRAMENTO, 2016, p. 135)

Mas, ao contrário disso, as grandes empresas que se instalavam na região, tinham como objetivos a obtenção ilimitada de terra, que muitas vezes se configurava em grilagem de terra, e o capital, ou seja, o lucro que seria arrecada através desses grandes empreendimentos. É o que Bringel e Sacramento (2016, p. 135) evidenciam:

Por outro lado, os projetos agroindustriais tinham como meta a produção em larga escala, sempre pensando no excedente. A comercialização da produção das empresas instaladas em Moju era o objetivo dos financiamentos dos governos militares. Além dos projetos agroindustriais estarem chegando no município de Moju em fins da década de 1970, um outro fenômeno também acarretou mudanças na estrutura familiar e no modo de vida de algumas populações. Foi o fato de vários japoneses terem se instalado e trabalhado uma nova economia, que posteriormente algumas famílias, em menor escala depois também começariam a trabalhar.

Com toda esta ganância por parte das empresas para obter cada vez mais parcelas de terras, acabou influenciando em um dado alarmante para a sobre posição de áreas no município de Moju. A partir do avanço do capital na região mojuense, ouve a grande concentração de terra e o constante processo de grilagem, este último sendo em vários casos estratégias usadas pelas empresas, que buscam influenciar os sujeitos externos a invadirem e receber o título da terra para depois vender para as mesmas influenciadoras, processos estes que são evidentes até os dias atuais. É o que o estudo com base em levantamento do Conselho Nacional de Justiça – CNJ<sup>10</sup> (2010), acaba se deparando:

Todo esse processo de expansão do modo de produção capitalista em Moju traz em sua esteira processos de concentração e de grilagem de terras. Foi o que observou o recente levantamento do Conselho Nacional de Justiça – CNJ (2010), constatando que da área real do município de 903,385 hectares tinha-se um estoque de terras nos cartórios maior doze vezes ao tamanho da base territorial do município. Daí já se pode ter uma ideia das origens do processo de sobreposição de títulos de terras na Amazônia e, em especial, no Pará. É a origem do chamado “beliche” fundiário. Ou seja, só o Estado do Pará tem sua área oficial em 124.768.951,10 hectares. No mesmo levantamento da CNJ constatou que sua área real (494.786.345,307ha). Indicação de um processo violento de grilagem de terras e de sobreposição de títulos que, como vimos, não começa hoje.

Esses dados ficam mais evidentes se pararmos e compararmos esta área em com base de dados em um mapa, no qual a “imagem abaixo destaca o tamanho real e o “beliche” no município de Moju”<sup>11</sup>:

### Mapa de Ilustração do Beliche do Município de Moju



<sup>10</sup> O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é uma instituição pública que visa aperfeiçoar o trabalho do sistema judiciário brasileiro, principalmente no que diz respeito ao controle e à transparência administrativa e processual. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/sobre-o-cnj/quem-somos-visitas-e-contatos>.

<sup>11</sup> BRINGEL, Fabiano de Oliveira; SACRAMENTO, Elias Diniz. HISTÓRIA E MEMÓRIA DE UM MUNICÍPIO DA AMAZÔNIA a chegada do “progresso” em Moju/ PA (Década de 1980). **Revista Observatório**, [s.l.], v. 2, n. 2, p.23-23, 30 maio 2016. Universidade Federal do Tocantins. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2016v2especial1p113>.

**Fonte: CNJ (2010)**

A REASA já tinha invadido muitas terras e destruído plantações/produções de muitas famílias. E foi assim com todos esses impactos que as pessoas foram se despertando e lutando para dá um basta nessas empresas que estavam instaladas na região. Através das orientações do STTR e do Padre Sergio Tonetto começaram a se organizar em associações quilombolas e por fim todas as comunidades se reuniram e obtiveram forças para ganhar uma das mais árduas batalhas que tiveram de enfrentar até então.

Com toda essa resistência sofrida pela REASA, provocou conseqüentemente a falência da mesma, e motivou a venda das suas propriedades para empresa monocultora de dendê chamada MARBORGES S/A, persistindo assim, os impactos na vida dos sujeitos habitantes desta região e principalmente no meio ambiente.

O projeto foi implantado no Km-11,5 da estrada Moju-Acará (Rodovia PA-252), Município de Moju. Em 1990, ele foi adquirido, em parte, pela Marborges Agroindústria S.A. (Marborges). Em 1992, houve a instalação da usina de extração de óleo da Marborges, com capacidade para 9,0 t de cachos/hora. (MÜLLER; JÚNIOR; FILHO, 2006)

Conseqüentemente:

[...] Hoje existe a Marborges que era a antiga Reasa, causando uns dos piores dos impactos ambientais como nos igarapés, secando os igarapés, impedindo o consumo da água, com seus produtos químicos que são despejados nos campos e com a chuva descem para os igarapés causando impureza (coceiras) nas pessoas que se utilizam da água; impedindo a passagem dos produtos dos moradores que ficam nos fundos dos terrenos da mesma. Sem falar nos desmatamentos que é feito descascando os caules das árvores. Tudo isso para não chamar a atenção do IBAMA. Comunidade Santa Maria do Traquateua. (CONSELHO DAS ASSOCIAÇÕES DE REMANESCENTES DE QUILOMBO DE MOJU, 2007, p. 11)

A Marborges além do município de Moju, está instalada em outros dois municípios, que são Acará e Garrafão do Norte. Somente em Moju a Empresa detém de três imóveis rurais acabam somando uma área que somam “17.782,59 hectares de terras”.<sup>12</sup>

### **Companhia Vale do Rio Doce: Impactos e Resistências**

Na década 2004, “chega um monstro mais temido do que as outras empresas que passaram por aqui”<sup>13</sup>, a Vale quando chegou ao território quilombola, trouxe as suas empresas terceirizadas para fazer os levantamentos a fim de passar várias linhas de transmissões de energia e os minerodutos<sup>14</sup> (Mapa), no qual passaria a bauxita e o caulim que vinha de Paragominas com destino ao município de Barcarena, que ao final da instalação, percorreu 15 quilômetros ao longo do de todo o território quilombola de Jambuaçu, “e quando nós percebemos as máquinas chegaram derrubando as matas, derrubando as plantações, fazendo aquele estrago terrível”<sup>15</sup>, com isso o conflito foi aumentando cada vez mais porque além das máquinas a empresa passou a utilizar os igarapés para lavar os equipamentos, causando assim impactos ambientais e sociais até por que os igarapés ficaram poluídos e a comunidade sem condição alguma para a utilização como a de tomar banho e pescar, sendo que milhares de peixes morreram por causa dos diversos produtos químicos despejados, conseqüentemente, tirando o alimento de muitas famílias que sobreviviam desta fonte para suas alimentações.

Em 2004 a CVRD entrou no Território Quilombola do Jambuaçu - à revelia de seus legítimos e legais proprietários - para a implementação do projeto Bauxita-Paragominas: um mineroduto, para a passagem da bauxita, e uma linha de transmissão cortam o território ao longo de 15 km numa largura que varia de 80 a 100 metros. Durante a realização do projeto, 58 famílias quilombolas foram diretamente atingidas: perderam a maior parte de suas terras aptas para a agricultura. Centenas de

<sup>12</sup> Dados disponível em: <http://monitoramento.sema.pa.gov.br/simlam/index.htm> - Acessado: 24/09/2017.

<sup>13</sup> MORAES, Raimunda Gomes de. Moradora do Território Quilombola de Jambuaçu. Entrevista realizada em: Maio de 2016.

<sup>14</sup> A bauxita extraída em Paragominas é transportada, em forma de polpa, para a Hydro Alunorte, através de um mineroduto de 244 quilômetros de extensão, passando pelos municípios paraenses de Ipixuna, Tomé-Açu, Acará, Moju, Abaetetuba e Barcarena e atravessando os rios Capim, Acará, Acará Mirim e Moju. Ao chegar à Hydro Alunorte, em Barcarena, a bauxita é recebida na Estação de Desaguamento de Bauxita (EDB) e refinada, se transformando em alumina. Disponível em: Disponível em: <<https://www.hydro.com/pt-BR/a-hydro-no-brasil/Sustentabilidade/other/Sobre-o-mineroduto/>>. Acesso em: 24 set. 2017.

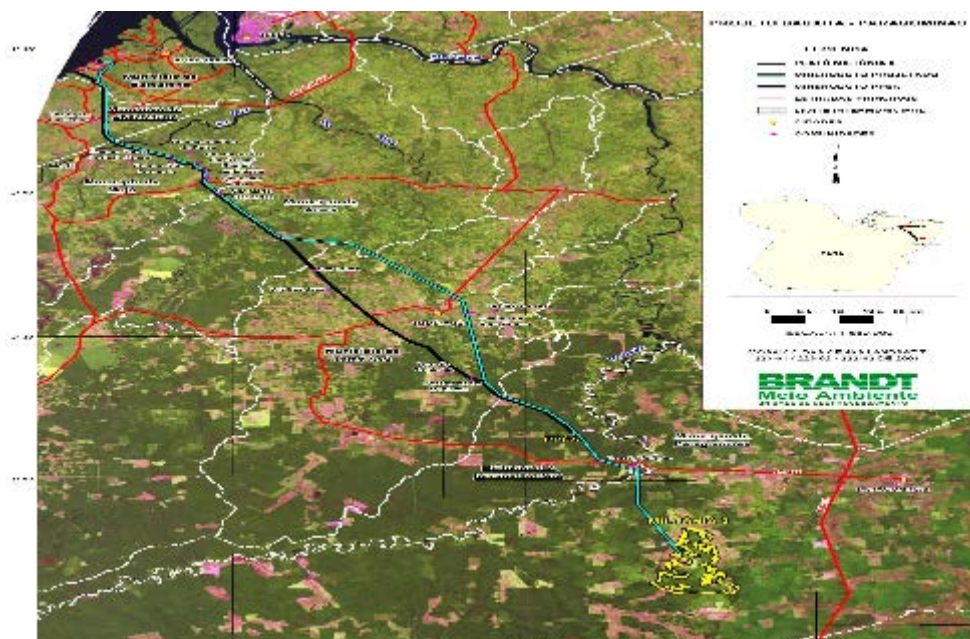
<sup>15</sup> MORAES, Raimunda Gomes de. Moradora do Território Quilombola de Jambuaçu. Entrevista realizada em: Maio de 2016.

castanheiras foram abatidas; outras foram envenenadas ou suas raízes ficaram definitivamente comprometidas pelas escavações. Roças e plantios foram destruídos. As águas da bacia do Rio Jambuaçu ficaram turvas pela colossal mexida na terra, provocando o desaparecimento de peixes e o assoreamento de seis igarapés. Desta forma todas as 674 famílias sentiram na pele os efeitos nefastos do tal de desenvolvimento. Como afirmou emocionado o senhor Henrique: “Perdemos as reservas de mata guardadas para nossos filhos e netos”. Em decorrência desta situação, os quilombolas passaram a exigir que a CVRD reparasse os danos causados às famílias, bem como ao meio ambiente. (CPT, 2007, p. 158)

A Situação foi só piorando quando a empresa já estava de posse de uma boa parte do território, pois já estavam desmatando e fazendo estradas para colocar as tubulações, contudo, os moradores não ficaram de braços cruzados reagiram e os conflitos foram inevitáveis.

Em diversos momentos houve tensões entre as partes: em fevereiro de 2006, após tentarem dialogar com a CVRD, os quilombolas detiveram três técnicos e um diretor da Vale, dois técnicos da Sectam - Secretaria Executiva de Ciências, Tecnologia e Meio Ambiente - e duas técnicas do Programa Raízes. Em setembro, os quilombolas paralisaram por um mês os trabalhos na linha de transmissão. A tensão aumentou quando em 19/12/06 a CVRD se retirou da negociação. Só restava o confronto: os quilombolas derrubaram uma torre da linha de transmissão e bloquearam as duas estradas de acesso aos canteiros de obras, impedindo a continuidade dos trabalhos. (CPT, 2007, p. 158)

### Mapa do Projeto Bauxita – Minerodutos Paragominas / Barcarena



VIII SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA E IX SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA

GT 2 – Comunidades tradicionais na luta por territórios

ISSN: 1980-4555

Fonte: Google<sup>16</sup>

A CVRD vendo o tamanho do prejuízo com as paralizações das obras em seus canteiros na região mojuense, resolve retomar os diálogos com as comunidades quilombolas atingidas direta e indiretamente pelos empreendimentos da empresa.

A paralisação no canteiro de obras que já se aproximava dos 50 dias obrigou a CVRD a procurar os quilombolas para reabrir as negociações que, por serem tensas, teve que contar com a intermediação da CNBB, do governo do Estado e da Comissão Pastoral da Terra que assessora os Quilombolas. (CPT, 2007, p. 158)

Além disso, os quilombolas recorreram ao Ministério Público Estadual para averiguar essa situação, mas, foi a partir da “participação do Promotor Felício Pontes, que as coisas começaram a andar, no qual o mesmo auxiliou moradores dizendo que esses deveriam procurar o Ministério Público Federal” (MORAES, 2016).

Naquele momento, a ameaça de perda de seu território provocou a reação dos quilombolas do Jambuaçu, o que ocasionou o acontecimento de 12 audiências públicas no MPF, que a CVRD estava sendo acionada juridicamente, até conseguirem ganhar a causa.

A negociação concluída em 07/02/2007, às 21:00 h, quando teve firmado um Termo de Compromisso que garante o atendimento de algumas reivindicações que os quilombolas faziam à CVRD desde fevereiro de 2006. (CPT, 2007, p. 158)

Mas:

Foi necessário um ano de enfrentamento para a Vale, que tanto apregoa sua responsabilidade social, admitir que no território do Jambuaçu existe uma população étnica. O desfecho desta negociação significa também que os quilombolas conseguiram dobrar, nem que seja temporariamente, a arrogância da segunda maior empresa de mineração do mundo. Mas sem ilusão. (CPT, 2007, p. 158)

---

<sup>16</sup> Disponível em: <https://nelsontembra.files.wordpress.com/2010/12/trac3a7ado-mineroduto.pdf>. Acessado em: 23/09/2017.



Com isso, a Vale foi obrigada a indenizá-los, foi então que os associados se reuniram e coletivamente pensaram que a única solução para o território quilombola saísse beneficiado de uma certa forma e tentar reverter em parte os estragos que a empresa causou, era principalmente a implantação de uma Escola Técnica Familiar Rural (CFR)<sup>17</sup>, de um posto de saúde e os demais. A CPT (2016), traz em evidencia alguns desses acordos, como que seguem na tabela abaixo:

<b>DENTRE AS CONQUISTAS QUE OS QUILOMBOLAS DO TERRITÓRIO DO JAMBUAÇU CONSEGUIRAM ESTÃO</b>	
<b>1</b>	O pagamento de dois salários mínimos mensais, pelo período de dois anos, para as 58 famílias mais atingidas;
<b>2</b>	O pagamento de uma multa no valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais);
<b>3</b>	A manutenção da Casa Familiar Rural - CFR com o valor de 100 mil reais durante 5 anos;
<b>4</b>	A composição de uma comissão de seis componentes, escolhidos pela CVRD e os quilombolas, para a realização de um minucioso levantamento sobre os danos causados ao meio ambiente, tendo em vista sua recuperação, sua correção e/ou a mitigação;
<b>5</b>	O custeio de um estudo, ao longo de seis meses, por parte de uma instituição de comprovada competência e experiência, de comum acordo entre as partes, com o objetivo de mapear as potencialidades produtivas do território e de apontar para projetos de produção e renda que garantam a autonomia produtiva e a qualidade de vida para as Populações Quilombolas do Território do Jambuaçu;
<b>6</b>	A criação de uma comissão formada por representantes dos quilombolas, da CVRD e do governo do Estado, com o objetivo de operacionalizar projetos estruturantes de acordo com o item anterior.

A opção da escolha pela escola técnica dentro do território quilombola de Jambuaçu com objetivo de ajudar todas as pessoas, os jovens e os idosos a se prepararem e qualificarem para desenvolver a sua própria sustentabilidade, sem precisar sair do seu lugar de origem. A escola se denomina de Casa Familiar Rural Padre Sergio Tonetto.

<sup>17</sup> As Casas Familiares Rurais (CFR) tiveram origem na França em 1937, por iniciativa de um grupo de famílias do meio rural, propondo a adoção de uma formação profissional aliada à educação humana para seus filhos. Nascia, assim, a Casa Familiar Rural, com a estrutura da Pedagogia da Alternância. Hoje, a Casa Familiar Rural expandiu-se para os cinco continentes, em trinta países, com a mesma concepção - responsabilidade e engrossamento das famílias na formação dos jovens, no sentido de provocar o desenvolvimento global do meio. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=185>. Acessado: 24 de set. 2017.

Importa destacar que a Casa Familiar Rural (CFR) do Território Quilombola do Jambuaçu “Pe. Sérgio Tonetto” foi implantada no Território como uma medida de reparação, ocorrida por conta da instalação de um mineroduto para o transporte de bauxita pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Esta ação da CVRD ocasionou danos ambientais graves ao Território, entre eles destacamos o afugentamento da caça, o assoreamento de rios e igarapés, assim como comprometeu a sobrevivência dos sujeitos, haja vista que foram atingidas roças e plantações cultivadas nas terras herdadas de seus ancestrais, desde os anos de 1850. (MACHADO, 2014, p. 15)

No entanto, o processo de mercantilização e de territorialização do capital ganha força para o avanço do capitalismo, sendo que a escola em si, não tem a percepção de que os cursos estão voltados para transformar sujeitos a subordinação e a própria exploração da força de trabalho pelo capital, pois os cursos disponibilizados, tem como parte de formação nas empresas que assinam convênio com a CFR, como: IMERYYS, HYDRO e outras.

A CFR tem sua estrutura física composta por quatro salas de aula, uma sala conjugada para direção, secretaria e apoio pedagógico. Há um refeitório e uma cozinha industrial, dois dormitórios, um feminino e outro masculino, dois vestiários, um salão de convivência, dois alojamentos para professores, uma biblioteca e um laboratório de informática, que no período da pesquisa não estava em funcionamento.

**Figura 1: CFR do Território Quilombola de Jambuaçu “Pe. Sérgio Tonetto”.**



**Fonte: JOSILENE MORAES LIMA (2016)**

Foi então que decidiram que queriam uma escola dentro do território quilombola com objetivo de ajudar todas as pessoas, os jovens e os idosos a se prepararem e qualificarem para desenvolver a sua própria sustentabilidade, sem precisar sair do seu lugar de origem. No entanto, o processo de mercantilização e de territorialização do capital ganha força para o avanço do capitalismo, sendo que a escola em si, não tem a percepção de que os cursos estão voltados para transformar sujeitos a subordinação e a própria exploração da força de trabalho pelo capital.

Percebe-se que a cultura do território quilombola mojuense, veio se modificando a cada dia, com a vinda dessas empresas observa-se que está havendo um processo de aculturação, ocasionando assim na maioria o reconhecimento como remanescente de quilombo. Outro processo que ocorre é a valorização da terra tendo como recursos fundamentais para estas empresas e, sendo uma desvalorização dessas terras por conta de alguns sujeitos contribuírem para o avanço desses empreendimentos, ou seja, no crescimento na mão de obra, desapropriações de terras e tantos outros.

Desta forma, vai despertar o interesse do capital sobre o território, isso no aspecto de apropriação sobre a natureza. Portanto, é nessa perspectiva que o trabalho visa elencar sobre as possíveis medidas de impedir que o capital se avance no território, pois é de suma importância que se tenha sujeitos protagonistas não só para conscientizar e sim formar verdadeiros lutadores no âmbito de fortalecer, resistir e lutar pelos seus ideais e objetivos e, que os levam a persistir na organização e valorização de suas identidades culturais, econômicas e políticas, isto é, na movimentação de formação de verdadeiros sujeitos em busca de uma sociedade justa, igualitária, sem discriminação e exclusão desses indivíduos. Logo, busca também a conservação e a valorização de suas raízes nos dias contemporâneos.

## **Considerações Finais**

Diante do exposto, evidenciou-se a amplitude da crescente e desenfreada atuação do capitalismo na esfera global para local e como este está intensificando-se no município de Moju, retratando especificamente do Território Quilombola de Jambuaçu, no qual as comunidades a partir de lutas sociais conseguiram se reconhecer como descendentes de quilombos e atualmente se encontram ameaçados pelos grandes projetos, que se instalam sem considerar a identidade,

o espaço, o território e a territorialidade desses sujeitos, trazendo um discurso de “desenvolvimento” algo que na realidade mostra o contrário e que põe em risco a vida não só das pessoas, mas de toda uma biodiversidade existente. Diante de todas essas ameaças acaba-se o povo concordando com a ideia de estarem sendo “violentados” por estas vias capitalista, e com isso, a única maneira de enfrentamento diante da imposição do capital é o fortalecimento das lutas sociais através da união das comunidades, trazendo através dessa junção o fortalecimento ideológico acerca dos problemas enfrentados, criando assim maneiras de fugir desses moldes que o capitalismo impõe, através da construção de um protocolo de consulta prévia para os que aí residem.

### Referências Bibliográficas

OLIVEIRA, Mauro Leonardo da Costa de. **ESCRAVIDÃO INDÍGENA NA AMAZÔNIA COLONIAL**. 2001. 17-18 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História das Sociedades Agrárias, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2001.

OLIVEIRA, Mauro Leonardo da Costa de. **ESCRAVIDÃO INDÍGENA NA AMAZÔNIA COLONIAL**. 2001. 17 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História das Sociedades Agrárias, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2001.

EMPRESA MUNICIPAL DE MULTIMEIOS LTDA. MULTIRIO (Rio de Janeiro) (Org.). **A Escravidão Indígena**. COORDENADO POR: Secretaria Municipal de Educação e Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo01/esc\\_indigena.html](http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo01/esc_indigena.html)>. Acesso em: 19 set. 2017.

EMPRESA MUNICIPAL DE MULTIMEIOS LTDA. MULTIRIO (Rio de Janeiro) (Org.). **A Escravidão Africana**. COORDENADO POR: Secretaria Municipal de Educação e Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo01/escr\\_africana.html](http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo01/escr_africana.html)>. Acesso em: 19 set. 2017.

SANTOS, Ademir Barros dos; REBOCHO, Nuno. **A COMPANHIA DO GRÃO-PARÁ E MARANHÃO: ATUAÇÃO NO BRASIL E NO ARQUIPÉLAGO DE CABO VERDE: contributos para sua história**. 2014. Disponível em: <<http://www.pordentrodaafrica.com/wp-content/uploads/2014/05/Companhia-do-Grão-Pará-e-Maranhão.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2017.

TRECCANI, Girolamo Domenico. Terras de Quilombo: caminhos e entraves do processo de titulação. 2006, p. 36.

MÜLLER, Antonio Agostinho; FURLAN JÚNIOR, José; CELESTINO FILHO, Pedro. **Documentos 257: A Embrapa Amazônia Oriental e o Agronegócio do Dendê no Pará.** 2006. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-EMBRAPA. Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/394940/1/Doc257.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2017.

FONSECA, Haydeé Borges. **QUILOMBOLAS DE JAMBUAÇU: seus saberes e educação como fator de politização e identidade.** 2011. 58 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Planejamento do Desenvolvimento Sustentável do Tropicó Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011. Disponível em: <<http://www.ppgdstu.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/Dissertacoes/2011/DISSERTAÇÃO HAYDEE -PDF-18.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2017.

SACRAMENTO, Elias Diniz. Processos de resistência na Amazônia nos tempos da Ditadura Civil-Militar:: entre a memória e a história. **Revista Moara: Estudos Literários**, Cametá, v. 44, p.111, 28 nov. 2015. Disponível em: <<http://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/viewFile/3431/3765>>. Acesso em: 08 set. 2017.

BRINGEL, Fabiano de Oliveira; SACRAMENTO, Elias Diniz. HISTÓRIA E MEMÓRIA DE UM MUNICÍPIO DA AMAZÔNIA: a chegada do “progresso” em Moju/ PA (Década de 1980). **Revista Observatório**, [s.l.], v. 2, n. 2, p.135, 30 de mai. de2016. Universidade Federal do Tocantins. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2016v2especial1p113>. Disponível em: <<http://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/viewFile/3431/3765>>. Acesso em: 08 set. 2017.

BRINGEL, Fabiano de Oliveira; SACRAMENTO, Elias Diniz. HISTÓRIA E MEMÓRIA DE UM MUNICÍPIO DA AMAZÔNIA: a chegada do “progresso” em Moju/ PA (Década de 1980). **Revista Observatório**, [s.l.], v. 2, n. 2, p.135-136, 30 de mai. de2016. Universidade Federal do Tocantins. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2016v2especial1p113>. Disponível em: <<http://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/viewFile/3431/3765>>. Acesso em: 08 set. 2017.

Conselho das Associações de Remanescentes de Quilombo de Moju. **Quilombolas de Jambuaçu – Moju, Pará. Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil**, Brasília, n. 3, p.11, mar. 2006.

CPT, Comissão Pastoral da Terra. **Conflito no Campo Brasil. Projeto Gráfico Novas Margens**, Goiânia, p.158, abr. 2007.

MACHADO, Joana Carmen do Nascimento. **“NEM PARECE QUE TEM QUILOMBOLA AQUI”:** (In) visibilidade da identidade quilombola no processo formativo da CFR do Território Quilombola de Jambuaçu Pe. Sérgio Tonetto. 2014. 15 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Cultura e Sociedade, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.